

“SONHOS DE PÚRPURA E PODER OCULTO”: AS ROMANAS NA PERSPECTIVA HISTORIOGRÁFICA DE MARIA JOSÉ HIDALGO DE LA VEGA

BELCHIOR MONTEIRO LIMA NETO* 

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
VITÓRIA – ESPÍRITO SANTO

RESUMO

Pudentila, Zenóbia, Agripina, entre tantas outras, são personagens que ganham protagonismo na historiografia produzida por Hidalgo de la Vega. Em suas obras, as mulheres são compreendidas como agentes históricos, independente da limitação jurídica a elas imposta. Apesar de privadas da participação política nas magistraturas e cargos públicos, impedidas de possuírem prenomes e à mercê da patria potestas de seus parentes agnados masculinos, elas atuavam cotidianamente nas brechas deixadas pelo poder, manipulando a ordem em prol de seus interesses, fazendo uso, não raras vezes, de táticas subversivas para minimizar sua posição feminina numa sociedade que as percebiam como inferiores. Afastando-se de uma perspectiva convencional que concebia as romanas como invisíveis, submissas e passivas, Hidalgo de la Vega traça o fio de sua narrativa historiográfica as posicionando como atrizes privilegiadas de seus destinos, rompendo, igualmente, com o estereótipo que as identifica como “vítimas ou rebeldes” de uma dominação masculina inelutável e absoluta.

Palavras-chave: historiografia; agência histórica feminina; Hidalgo de la Vega.

ABSTRACT

Pudentilla, Zenobia, Agrippina, among many others, are characters who gain prominence in the historiography produced by Hidalgo de la Vega. In his works, women are understood as historical agents, regardless of the legal limitations imposed on them. Despite being deprived of political participation in the judiciary and public offices, prevented from having first names and at the mercy of the patria potestas of their male agnate relatives, they acted daily in the gaps left by power, manipulating the order in favor of their interests, often using subversive tactics to minimize their feminine position in a society that perceived them as inferior. Moving away from a conventional perspective that conceived Roman women as invisible, submissive and passive, Hidalgo de la Vega traces the thread of her historiographical narrative by positioning them as privileged actors of their destinies, breaking with the stereotype that identifies them as “victims or rebels” of an inescapable and absolute male domination.

Keywords: historiography; female historical agency; Hidalgo de la Vega.

* Professor Adjunto de História Antiga do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Doutor em História pela Ufes e pesquisador do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano, Seção ES. Atualmente, executa o projeto *História e Arqueologia na África romana: novas perspectivas historiográficas a partir das escavações no Magreb e no Saara*, com financiamento da Fapes (Edital Universal n. 28/2022). E-mail: belchior67@hotmail.com.

RESUMEN

Pudentila, Zenóbia, Agripina, entre muchos otros, son personajes que cobran protagonismo en la historiografía producida por Hidalgo de la Vega. En sus obras, las mujeres son entendidas como agentes históricos, independientemente de las limitaciones legales que les imponen. A pesar de estar privadas de participación política en magistraturas y cargos públicos, impedidos de tener nombres y a merced de la patria potestad de sus parientes varones agnados, actuaron diariamente en los huecos que dejaba el poder, manipulando el orden en favor de sus intereses, haciendo uso, no pocas veces, de tácticas subversivas para minimizar su posición femenina en una sociedad que las percibía como inferiores. Alejándose de una perspectiva convencional que concebía a las mujeres romanas como invisibles, sumisas y pasivas, Hidalgo de la Vega traza el hilo de su narrativa historiográfica posicionándolas como protagonistas privilegiadas de sus destinos, rompiendo además con el estereotipo que las identifica como “víctimas o rebeldes” de una ineludible y absoluta dominación masculina.

Palabras clave: historiografía; agencia histórica de mujeres; Hidalgo de la Vega.

INTRODUÇÃO

Há vinte e um anos, iniciava-se minha trajetória acadêmica e, naquele momento, fui inscrito no Programa Institucional de Iniciação Científica da Ufes pelo meu então orientador, o professor Gilvan Ventura da Silva. Minha pesquisa, à época, objetivava investigar a *Representação dos bandidos nas Metamorphoses de Apuleio*.¹ Como primeira providência de um pesquisador neófito, fui orientado a realizar um levantamento historiográfico, a fim de me inteirar sobre os principais especialistas acerca de meu objeto de pesquisa. Esse procedimento, básico em toda investigação, me levou ao conhecimento da professora Maria José Hidalgo de la Vega, umas das mais importantes referências em língua espanhola no que tange aos estudos apuleianos. Seu livro *Sociedad e ideologia en el Imperio Romano: Apuleyo de Madaura* foi a primeira obra estrangeira a que pude ter acesso e se tornou base bibliográfica essencial para

¹ Apuleio foi um orador, filósofo platônico e escritor norte-africano nascido em meados do século II na cidade de Madaura, Numídia (atualmente Argélia). Foi autor de vários livros, sendo o mais conhecido *Metamorphoses*, também denominado como *O asno de ouro*. Para uma análise pormenorizada acerca da biografia de Apuleio, vide LIMA NETO, B. M. *Bandidos e elites cidadinas na África romana*. Vitória: Edufes, 2014; LIMA NETO, B. M. *Entre a filosofia e a magia*. Curitiba: Prisma, 2016.

minhas pesquisas sobre Apuleio e a África romana. Não à toa, em 2014, meu estágio sanduiche no exterior foi realizado na Universidade de Salamanca, sob a supervisão de Hidalgo de la Vega, a quem agradeço imensamente pelas orientações e críticas à minha tese.²

Sociedad e ideologia en el Imperio Romano: Apuleyo de Madaura, publicado pelas Ediciones Universidad Salamanca em 1986, é fruto da pesquisa de doutoramento da autora, cuja tese foi defendida em 1976, na Universidade de Granada. Hidalgo de la Vega estudou filologia clássica no início da década de 1970, num momento de emergência da luta antifranquista na academia espanhola.³ Mary Pepa, como é carinhosamente chamada pelos alunos e colegas mais próximos, titulou-se numa época de transformações culturais e sociais, num contexto em que as mulheres começaram a ascender às cátedras universitárias, sob o efeito do fim do franquismo na Espanha e do fortalecimento do feminismo, especialmente ativo nos Estados Unidos, Inglaterra e França.⁴

Em 1979, Hidalgo de la Vega inicia suas atividades docentes na Universidade de Salamanca, tornando-se, posteriormente, em 1992, professora catedrática de História Antiga na Instituição. No decorrer de sua trajetória acadêmica, foi diretora do *Departamento de Prehistoria, Historia Antigua y Arqueología*, vice-reitora de *Assistencia al Universitario* e editora chefe, por décadas, da revista *Studia Historica – Historia Antigua*. Com dezenas de artigos em periódicos espanhóis e estrangeiros, capítulos de livros e livros autorais, Hidalgo de la Vega teve uma intensa produção bibliográfica, com destaque para duas grandes linhas de investigação:⁵ a das relações de dependência no Império Romano, com suas dimensões

² Meu doutoramento ocorreu no Programa de Pós-Graduação em História da Ufes, sob a orientação do Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva, entre os anos de 2011 e 2015. Em sessão realizada no dia 26 de junho de 2015, defendi a tese intitulada *Conflito familiar, vida urbana e estigmatização na África Proconsularis: o caso de Apuleio de Madaura (século II d.C.)*.

³ O franquismo, na Espanha, se caracterizou com um sistema autocrata e personalista liderado pelo general Francisco Fraco, de cunho eminentemente conservador e anticomunista. O generalíssimo Franco, como se autodenominava, implementou uma ditadura militar que se iniciou em 1939, logo após o fim da Guerra Civil Espanhola, finalizando somente após sua morte em 1975. HOBBSAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁴ PRIETO, A. Las mujeres de la dinastía Julio Claudia en la ficción (Graves) y en su propio presente (Maria José Hidalgo). In: PEREZ SANCHEZ, D. et al. *Poder y heterodoxia en el Mundo Greco-romano: estudios en homenaje a la profesora Maria Jose Hidalgo de la Vega*. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 2017, p. 147-148.

⁵ Para uma percepção completa da produção bibliográfica publicada pela professora Hidalgo de la Vega, vide os dados disponibilizados pelo indexador Dialnet. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/autor?codigo=103577>. Acesso em: 20 dez. 2021.

políticas, sociais e ideológicas;⁶ e a da História das Mulheres na Antiguidade,⁷ sendo uma das pioneiras nos estudos de gênero relacionados ao Mundo Antigo na Espanha.⁸

Hidalgo de la Vega inicia suas investigações atinentes à História das Mulheres com a publicação, na revista *Studia Historica – Historia Antigua*, do artigo *El profetismo femenino en la tradición Cristiana*.⁹ Desde então, as questões associadas à participação feminina nas sociedades antigas se tornaram um mote fulcral de suas reflexões históricas, com a publicação de oito artigos, 16 capítulos de livro e um livro autoral. Do conjunto desta bibliografia, destaca-se, por sua originalidade e influência historiográfica, o livro *Las emperatrices romanas: sueños de púrpura y poder oculto*,¹⁰ obra seminal na seara dos estudos de gênero e que coloca em evidência a relevante participação feminina nas disputas sucessórias no Principado romano,¹¹ explicitando assim a agência política e as relações de poder tecidas pelas diversas *Augustae* no período compreendido entre os séculos I e III d.C.

AS MULHERES NA HISTÓRIA

⁶ Dentro desta linha de investigação levada a cabo por Hidalgo de la Vega, destaca-se a obra *El intelectual, la realeza y el poder político en el Imperio Romano*. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 1995, na qual se problematiza os diferentes discursos político-filosóficos do período do Principado romano e suas respectivas justificativas para o poder autocrático do *Principis*.

⁷ Em 2000, a professora Hidalgo de la Vega organizou, na Universidade de Salamanca, o Congresso Internacional *Género, dominación y conflicto: la mujer en el Mundo Antigo*, evento que introduziu entre os antiquistas espanhóis o conceito de gênero, relacionando-o aos âmbitos social, político e cultural, na esteira aberta pelo seminal artigo de Joan Scott, originalmente publicado em 1986 e intitulado *Gender: a useful category of historical analysis*. SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educación e realidad*, n. 20, p. 71-99, 1995. PRIETO, 2017, p. 150.

⁸ PEREZ SANCHEZ, D. et al. *Poder y heterodoxia en el Mundo Greco-romano*: estudios en homenaje a la profesora Maria Jose Hidalgo de la Vega. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 2017, p. 10-12.

⁹ HIDALGO DE LA VEGA, M. J. El profetismo femenino en la tradición cristiana. *Studia Historica – Historia Antigua*, n. 9, p. 115-128, 1991.

¹⁰ HIDALGO DE LA VEGA, M. J. *Las emperatrices romanas: sueños de púrpura y poder oculto*. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 2012.

¹¹ Pode-se compreender o Principado como um sistema político-ideológico concebido como consequência das transformações políticas, culturais, econômicas e sociais advindas com a formação do Império Romano. As novas demandas militares e administrativas surgidas com a criação do *Imperium* ecumênico exigiram o desenvolvimento de um regime político de caráter pessoal, autocrático, sob a máscara da manutenção da *res publica*. O *Princeps* assumiu, desse modo, uma posição retora para consolidar e integrar o Estado, concentrando poderes políticos e legislativos capazes de gerir o *immensum imperii corpus*. MENDES, N. M. O sistema político do Principado. In: SILVA, G. V.; MENDES, N. M. *Repensando o Império Romano*. Vitória/Rio de Janeiro: EDUFES/Mauad, 2016, p. 27.

Há pelo menos sessenta anos, as mulheres, por incrível que possa parecer atualmente, não faziam parte da História, e tê-las como autoras de referência, como no caso acima citado da professora Hidalgo de la Vega, seria bastante improvável. Naquele momento, a atuação das mulheres como produtoras de relatos historiográficos e/ou como objeto de investigação sobre o passado ainda era diminuta.¹² Nas palavras de Perrot e Duby,¹³ eram invisíveis na História. Mary Beard, uma das mais respeitadas antiquistas da atualidade, perguntada sobre as mudanças verificadas na disciplina nas últimas décadas, afirma: “nós não nos preocupávamos tanto sobre as mulheres [...], e hoje a questão é central”.¹⁴ Mesmo recente, a História das Mulheres, ou de Gênero como muitos pesquisadores preferem denominá-la, é hoje um dos campos de estudo mais produtivos e florescentes, com aportes teórico-metodológicos e abordagens originais e de grande relevância numa sociedade ainda marcada por sexismos de toda ordem. Entretanto, a passagem “do silêncio à palavra”¹⁵ não ocorreu de modo pacífico e sem percalços, associando-se umbilicalmente a um contexto de conquistas do movimento feminista e de viradas epistemológicas verificadas nas Ciências Sociais e, sobretudo, na própria História.

A História, até as primeiras décadas do século XX, caracterizava-se por uma perspectiva epistemológica que, em grande medida, invisibilizava as mulheres. À época, imperava uma historiografia de matriz positivista e metódica, iminentemente política e *événementielle*,¹⁶ preocupando-se, acima de tudo, com os grandes personagens do passado, os heróis nacionais, os homens públicos que faziam a história, oferecendo pouco ou nenhum espaço às mulheres. Tal cenário somente começaria a se transformar a partir das críticas protagonizadas por autores como Lucien Febvre, Marc Bloch, entre outros, na esteira de uma verdadeira revolução historiográfica levada a cabo pela intitulada *Escola dos Annales*. Desde então, a História abriu-

¹² Para uma indicação precisa das mais antigas produções historiográficas produzidas por mulheres, num arco cronológico compreendido entre 1791 e 1948, vide PERROT, M. *Minha História das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2019, p. 18-19).

¹³ DUBY, G.; PERROT, M. Escrever a história das mulheres. In: DUBY, G.; PERROT, M. *História das mulheres: Antiguidade*. Lisboa: Afrontamento, 1993, p. 7.

¹⁴ GARCIA, F. Entrevista em La Vanguardia. *Cultura*, 9 outubro 2016, p. 57.

¹⁵ PERROT, 2019, p. 13.

¹⁶ O termo *événementielle*, que pode ser traduzido como acontecimento, foi usado como um elemento de designação pejorativa em relação à história política tradicional, baseada numa perspectiva que privilegiava o acontecimento como elemento essencial para a escrita do passado. BURKE, P. *A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Unesp, 1997.

se a novas metodologias de trabalho, a fontes e abordagens diversificadas, num diálogo interdisciplinar constante e produtora. Contudo, a despeito das possibilidades mais amplas de pesquisa, o interesse pela historicização das mulheres se manteve em segundo plano nas duas primeiras gerações de *annalistas*,¹⁷ isto é, até o início dos anos 1970. Historiadores da lavra de Fernand Braudel, Ernest Labrousse e Pierre Chaunu preferiram dar maior ênfase às questões atinentes às estruturas e conjunturas econômicas e sociais, relegando os estudos das relações sexuais e das mulheres ao “porão da História”.¹⁸

Somente a partir das décadas de 1960 e 1970, a História das Mulheres estruturou-se como campo de investigação reconhecido. Neste período, juntamente com o maior ingresso de mulheres nas Universidades, reforça-se, sobretudo nos Estados Unidos, Inglaterra e França, as reivindicações feministas no bojo dos diversos movimentos que se organizaram contra as desigualdades sociais e as diferenças de cunho sexual e racial. A participação mais intensa da mulher no mercado de trabalho e no ambiente acadêmico, a busca de maior liberdade, de igualdade de direitos e de representação ocasionaram um avanço significativo dos estudos sobre a mulher. Nesse ambiente, tornaram-se frequentes as discussões que enfatizavam as desigualdades entre homens e mulheres, incluindo-se a própria exclusão feminina da análise histórica. Colocou-se em debate o papel das mulheres na História, na busca por compreender como foram construídas as diferenças instituídas entre os sexos e as relações de poder estabelecidas entre eles nos mais diversos tempos e espaços históricos.¹⁹

Concomitantemente a este renovado interesse pela História das Mulheres, vê-se surgir uma gama de inovações e de rupturas epistemológicas que sinaliza um novo rumo aos estudos acadêmicos contemporâneos. Autores como Mikhail Bakhtin, Norbert Elias, Michel Foucault e Pierre Bourdieu criticaram os grandes paradigmas hegemônicos – sobretudo, marxista e

¹⁷ Seguimos, neste artigo, a divisão proposta por Burke e Barros para as distintas fases ou gerações da *Escola dos Annales*. Segundo esses autores, as gerações se sucederam da seguinte forma: entre as décadas de 1930 a 1950, os *annalistas* estiveram sob a liderança de Marc Bloch e Lucien Febvre; dos anos 1950 a 1960, consolidou-se a liderança de Fernand Braudel e Ernest Labrousse; e da década de 1970 em diante observou-se a emergência da terceira geração dos *Annales*, também denominada de *Nouvelle Histoire*. BURKE, 1997; BARROS, J. D. A. *Teoria da história: a Escola dos Annales e a Nova História*. Petrópolis: Vozes, 2012.

¹⁸ BURKE, 1997, p. 23-78.

¹⁹ FEITOSA, L. C. Masculino e feminino na sociedade romana: os desafios de uma análise de gênero. In: CANDIDO, M. R. *Mulheres na Antiguidade*. Rio de Janeiro: NEA/UERJ, 2012, p. 203-204.

estruturalista – e lançaram um novo olhar sobre as práticas cotidianas, trazendo à tona formas originais de compreensão das realidades sociais. A História aproxima-se cada vez mais da Antropologia, da Linguística e da Sociologia, fenômeno que suscita o desenvolvimento de uma Nova História Cultural e Política, preocupadas com as representações, as identidades e as relações de poder protagonizadas por grupos e/ou indivíduos. Ademais, na esteira da denominada terceira geração dos *Annales* e da História Social inglesa, uma série de objetos de investigação e de grupos antes “invisíveis” na História se apresentam como dignos de historicização, dentre eles as mulheres se tornam tema privilegiado de pesquisa, colocando em voga a própria dimensão sexuada das diferentes sociedades pretéritas.²⁰

Neste momento, uma considerável historiografia emerge sob a rubrica da História das Mulheres, constituindo um campo bastante diversificado em termos de objetos de investigação. Na tarefa de reescrever a História, levando-se as mulheres em consideração, ganha-se destaque as biografias de mulheres ilustres e comuns, as evidências da participação feminina nos acontecimentos históricos e na vida pública, assim como a valorização da dimensão política da vida privada, esfera privilegiada, mas não única, da *female agency*.²¹ Apesar da consolidação dos estudos atinentes às mulheres, também vem à tona neste período uma série de limitações diretamente relacionadas a este novo empreendimento historiográfico. O principal desafio era de ordem documental. Questionava-se: como fazer a história das mulheres com fontes produzidas por homens? Como reconhecer a “verdadeira” atuação feminina no passado a partir de um olhar masculino? O número reduzido de fontes produzidas pelas próprias mulheres inviabilizaria a sua historicização?

No que tange aos Estudos Clássicos, a diminuta quantidade de fontes produzidas por mulheres influenciou decisivamente as interpretações construídas pelos historiadores, reforçando-se uma perspectiva que compreendia a submissão irreduzível das mulheres à dominação masculina.²² Presas ao lar, submetidas juridicamente aos pais, esposos e filhos, elas

²⁰ BURKE, P. *O que é História cultural?* Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

²¹ PINSKY, C. B. Estudos de gênero e História Social. *Estudos feministas*, n. 17, p. 160-161, 2009.

²² A noção de dominação masculina é uma ferramenta de análise que tem subsidiado profundamente os estudos feministas, a partir de uma concepção desenvolvida por Pierre Bourdieu. De acordo com esse autor, as relações sexuais são socialmente instituídas por intermédio de relações de poder e de dominação simbólicos que engendram referenciais de masculinidade e feminilidade. BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand

foram tidas como invisíveis, passivas e incapazes de serem protagonistas de suas histórias. Representativo desta percepção tradicional acerca da mulher na Antiguidade é o texto produzido, no final da década de 1960, por Moses Finley, intitulado *As mulheres silenciosas de Roma*. Neste trabalho, o autor afirma que a análise do feminino no Mundo Antigo é de difícil realização devido à diminuta documentação e à própria incapacidade das mulheres de se expressarem por si mesmas. Como exemplo desse seu entendimento, Finley²³ cita um epitáfio contido numa determinada inscrição epigráfica:

[...] amigo, não tenho muito a dizer; pare e leia. Esse túmulo, que não é belo, é de uma bela mulher. Seus pais deram-lhe o nome de Cláudia. Amou seu marido de coração. Dele concebeu dois filhos, um dos quais deixou sobre a terra, e o outro abaixo dela. Agradável de se conversar, e andava com graça. Cuidava da casa e trabalhava a lã. Isto é tudo. Pode ir.²⁴

Mesmo com uma documentação fragmentada, reduzida e muitas vezes lacônica, os investigadores identificados com os estudos feministas criticaram os postulados que buscavam inviabilizar a História das Mulheres. Michelle Perrot e Georges Duby,²⁵ na introdução do primeiro volume, dedicado à Antiguidade, da *História das mulheres no Ocidente*, defendem a historicização da atuação feminina no passado, demonstrando a necessidade de um olhar renovado em relação às fontes disponíveis. Segundo eles, por um lado, faz-se necessária uma interpretação à “contra pelo” da documentação, buscando compreender a agência histórica

Brasil, 1999; TEDESCHI, L. A. *As mulheres e a história: uma introdução teórico metodológica*. Dourados: EDUFGD, 2012, p. 35.

²³ FINLEY, M. I. As silenciosas mulheres de Roma. In: FINLEY, M. I. *Aspectos da Antiguidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p. 150-151.

²⁴ A visão de Finley foi corroborada posteriormente por autores como Paul Veyne e Aline Rouselle, que reproduzem em suas obras a tradicional interpretação acerca da submissão incorrigível das mulheres em Roma, baseando-se numa interpretação tradicional e pouco crítica das fontes literárias e jurídicas greco-latinas. VEYNE, P. O Império Romano. In: ARIÉS, P.; DUBY, G. *História da vida privada: do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 19-224; ROUSSELE, A. A política dos corpos: entre a procriação e continência em Roma. In: DUBY, G.; PERROT, M. *História das mulheres: Antiguidade*. Porto: Afrontamento, 1993, p. 351-410.

²⁵ DUBY; PERROT, 1993, p. 7-18.

feminina nas lacunas e nas entrelinhas do discurso masculino; por outro lado, mostra-se urgente uma diversificação da matriz documental, utilizando-se fontes ainda pouco exploradas, a exemplo de diários, cartas, memórias e arquivos particulares. Remetendo-se às investigações sobre o Mundo Antigo, também é digno de nota o artigo publicado por Pedro Paulo Funari, *As romanas por elas mesmas*,²⁶ no qual o autor enumera uma série de fontes, para além dos textos literários greco-latinos, fulcrais para a historicização das mulheres em Roma: inscrições parietais, epístolas, *defixiones* e pinturas produzidas segundo uma percepção de mundo feminina.

Em meados da década de 1980, uma nova inflexão conceitual tomou de assalto a História das Mulheres, demonstrando suas aporias teórico-metodológicas. Sem dúvida, a historiografia já havia avançado de modo considerável no mapeamento dos diferentes tipos de mulheres no passado, descrevendo a sua participação histórica em períodos os mais diversos. Entretanto, os estudos até aquele momento consideravam as “mulheres” como uma categoria social fixa e a-histórica – eram pessoas biologicamente femininas que se moviam dentro de vários contextos e papéis históricos, sem que sua essência se alterasse significativamente.²⁷ Desse modo, era mister repensar teoricamente as relações sexuais, dando vazão ao gênero como uma categoria essencial para se compreender historicamente as mulheres – e, por consequência, os próprios homens. A partir das concepções de Joan Scott, sistematizadas no artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*,²⁸ o termo passou a ser utilizado para enfatizar a construção social e histórica dos sexos, quer dizer, tanto do feminino quanto do masculino.

A definição teórica apresentada por Scott pressupõe duas proposições básicas,²⁹ que ampliaram de forma significativa as possibilidades de investigação histórica no que tange às relações entre homens e mulheres. Para ela, gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas nas diferenças percebidas entre os sexos, sistematização que confere uma compreensão mais precisa às percepções de feminino e masculino em contextos históricos

²⁶ FUNARI, P. P. A. Romanas por elas mesmas. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 179-200, 1995.

²⁷ SCOTT, J. História das mulheres. In: BURKE, P. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 2011, p. 84; PINSKY, 2009, p. 161-162.

²⁸ SCOTT, [1986] 1995.

²⁹ SCOTT, 1995, p. 14.

diversos. Além disso, a noção de gênero também remeteria a um modo primário de oferecer sentido às relações de poder, levando os pesquisadores a buscarem as formas pelas quais os significados de gênero estruturam a própria organização simbólica da vida social. Em resumo, de acordo com Scott, gênero é tanto produto das relações de poder quanto parte da construção dessas próprias relações.

A grande aceitação do conceito de gênero na historiografia abriu uma nova seara de abordagens no campo da História das Mulheres. Apesar das afinidades e da ligação umbilical entre gênero e estudos femininos, o privilégio anteriormente conferido às mulheres é substituído por trabalhos que têm como objetivo primeiro compreender os múltiplos significados conferidos aos sexos.³⁰ A preocupação das pesquisas que trabalham gênero como categoria analítica é a de compreender como, em momentos históricos específicos e no interior das diferentes classes sociais, grupos étnicos e tradições culturais, são estabelecidos e desempenhados os papéis de feminino e masculino, o que significa pensar as mulheres e os homens na historicidade de suas interações. É dentro desse conjunto de transformações epistemológicas advindas com a popularização do conceito de gênero que podemos compreender a produção historiográfica de Hidalgo de la Vega e sua preocupação em relação às mulheres na sociedade romana.

AS ROMANAS SEGUNDO HIDALGO DE LA VEGA

No início dos anos 1990, após a emergência do conceito de gênero como ferramenta analítica privilegiada para a historicização das mulheres, Hidalgo de la Vega inicia suas incursões na investigação do feminino na Antiguidade. Suas primeiras pesquisas objetivaram

³⁰ No início do século XXI, os estudos de gênero se enriqueceram com uma série de aportes conceituais advindos da corrente teórica *queer*, compreendendo o gênero como elemento performativo e construído em uma sequência de atos discursivos abertos a ressignificações constantes de um sujeito-em-processo. É nesse sentido que o conceito de *performatividade de gênero*, pensado por Judith Butler, revela certo distanciamento daquelas concepções apresentadas em meados dos anos 1980 por Joan Scott. BUTLER, J. *Problemas de gênero*. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; SOIHET, R.; PEDRO, J. M. A emergência da pesquisa da História das mulheres e das relações de gênero. *Revista brasileira de História*, n. 54, v. 27, p. 292-293, 2007.

compreender as relações de gênero dentro do cristianismo,³¹ tendo como objeto de problematização o carisma feminino e sua condenação e controle no interior das primeiras comunidades cristãs espalhadas pelo mediterrâneo, a exemplo do movimento montanista, condenado como heresia, dentre outras coisas, pelo papel relevante desempenhado pelas mulheres dentro de sua hierarquia eclesiástica, exercendo livremente a autoridade carismática da profecia e a administração de ritos e sacramentos. Acerca do contexto de emergência do cristianismo, em finais do século II e início do século III, Hidalgo de la Vega³² emite a seguinte sentença, norteadas por uma interpretação generificada da realidade social:

À medida que vai se consolidando e institucionalizando a Igreja ortodoxa, as mulheres, que, numa primeira etapa, intervêm de maneira autônoma e igual aos homens (as mulheres ensinavam, batizavam, distribuía a eucaristia, perdoavam), inclusive com comunidades dirigidas por mulheres, começaram a ser deslocadas de suas funções diretivas e ministeriais, como consequência da colocação em prática de sucessivos regramentos misóginos, que cortaram sua autonomia e igualdade nos modos de intervenção. [...] Diante deste panorama, os bispos se viram obrigados a lutar contra elas para erradicar e eliminar esse profetismo que atentava contra sua autoridade. O profetismo feminino [...] não cabia dentro da ortodoxia cristã.

Outra seara de investigação da autora a remetia ao estudo das mulheres representadas na literatura latina, mais precisamente nas obras de Apuleio. O interesse de Hidalgo de la Vega³³ centrou-se, sobretudo, na rica matrona norte-africana Emília Pudentila, esposa de Apuleio que,

³¹ HIDALGO DE LA VEGA, M. J. El profetismo femenino en la tradición cristiana. *Studia Historia – Historia Antigua*, n. 9, p. 115-128, 1991; HIDALGO DE LA VEGA, M. J. Mujeres, carisma y castidade en el cristianismo primitivo. *Gerion*, n. 11, p. 229-244, 1993; HIDALGO DE LA VEGA, M. J. Mujeres y carisma profético en el Cristianismo primitivo: las profetisas montanistas. *Studia Historica – Historia Antigua*, n. 24, p. 51-61, 2006.

³² HIDALGO DE LA VEGA, 2006, p. 58.

³³ HIDALGO DE LA VEGA, M. J. El sofista Apuleyo de Madaura y la memoria: construcción de la imagen de su esposa Emilia Pudentila, una aristocrata africana. *Studia Historica – Historia Antigua*, n. 29, p. 197-221, 2011; HIDALGO DE LA VEGA, M. J. Libertad, esclavitud y género: el mito apuleyano de Cupido y Psique. In: MEROLA, F. R. *Dipendenza ed emarginazione nel mondo antico e moderno*. Naples: GIREA, 2014, p. 353-368; HIDALGO DE LA VEGA, M. J. Aemilia Pudentila: matrimonio, género y poder económico de una aristocrata africana. In: PAVON TORREJON, P. *Marginación y mujer en el imperio romano*. Roma: Edizioni Quasar, 2018, p. 293-314.

apesar de ser uma *mulier libera*,³⁴ com ampla liberdade de ação e com total ingerência sobre sua fortuna, testamento e contratos nupciais, era concebida pelo autor, na obra *Apologia*, como uma frágil e debilitada viúva de meia idade, cujo casamento era recomendado pelos médicos como a cura de suas comorbidades. Na visão de Hidalgo de la Vega, o caso de Pudentila expressa os limites da submissão feminina na sociedade romana, demonstrando, nas lacunas da documentação, as possibilidades de agência histórica das mulheres no Mundo Antigo.

Mais recentemente, entre seus últimos trabalhos dedicados à História das Mulheres, Hidalgo de la Vega³⁵ se debruçou sobre a memória e a representação da rainha Zenóbia (240-274), de Palmira. Reunindo uma série de fontes, de matrizes diversas – literária, epigráfica e numismática –, a autora buscou compreender a atuação de Zenóbia como regente insurgente que almejou conquistar a púrpura imperial romana por intermédio da organização de um Império Oriental, opondo-se, por conseguinte, militarmente a Aureliano, que a venceu em combate e a exibiu como parte de seu *triumphus* em Roma. À frente de Palmira, cidade há séculos integrada ao Estado romano e situada no deserto de Efca, na Síria, no coração da rota caravaneira que ligava a parte oriental do Império à Pérsia e à Arábia, Zenobia, nas palavras de Hidalgo de la Vega:³⁶

[...] deve ser considerada uma mulher que, em um contexto histórico de grandes conflitos e por circunstâncias concretas, teve que desempenhar um poder exercido quase sempre por homens, e no exercício desse poder e autoridade defendeu os interesses tanto econômicos quanto identitários de um [...] território.

³⁴ Pudentila, mesmo sendo considerada uma mulher emancipada (*mulier libera*), possuía um tutor, Cassio Longino (*tutor mulieris*), para questões de venda e compra de bens imóveis. Pela quase completa irrelevância do tutor de Pudentila na trama narrada em *Apologia*, acredita-se que ele fosse uma figura de pouca importância nas questões relacionadas à administração dos bens da viúva, o que conferia à Pudentila, apesar das limitações legais impostas às mulheres na sociedade romana à época, uma total ingerência sobre os seus atos. APULEYO. *Apología y Flórida*. Introducción, traducciones y notas de Santiago Segura Munguía. Madrid: Gredos, 1980, 101, 7.

³⁵ HIDALGO DE LA VEGA, M. J. Zenobia de Palmira, uma rainha poderosa em tempos convulsos. In: PAVON TORREJON, P. *Conditio feminae*. Roma: Edizioni Quasar, 2021, p. 799-824; HIDALGO DE LA VEGA, M. J. Zenobia, rainha de Palmira: história, mito y tradiciones. *Florentia iliberritana*, n. 28, p. 79-104, 2007.

³⁶ HIDALGO DE LA VEGA, 2007, p. 103.

A rainha Zenóbia como objeto de investigação de Hidalgo de la Vega se configura como uma continuidade lógica de sua pesquisa mais relevante no que tange à História das Mulheres na Antiguidade, quer dizer, sua problematização acerca das imperatrizes no período do Principado romano. Esse tema de estudos a impeliu a produzir uma série de artigos e capítulos de livro,³⁷ que serviram, em grande medida, como suporte fundamental para a publicação da obra *Las emperatrices romanas: sueños de púrpura y poder oculto*. Neste livro, a autora discute a posição de destaque ocupada pelas *Augustae* como esposas, irmãs, mães e filhas de imperadores, desempenhando um papel fulcral na sucessão dinástica e na própria legitimação do poder, quer por sua importância no culto imperial, principalmente após serem divinizadas, quer como salvaguarda da estabilidade e da transmissão do poder régio dos *Principes* a seus descendentes. Em última instância, a hipótese defendida por Hidalgo de la Vega se relaciona à ideia de que a sucessão dinástica à época esteve intimamente marcada por uma perspectiva

³⁷ Para uma análise pormenorizada da bibliografia dedicada às imperatrizes romanas, vide HIDALGO DE LA VEGA, M. J. La imagen de “La Mala” emperatriz en el Alto Imperio: Messalina, meretrix Augusta. *Gerion*, n. 1, v. 25, p. 395-410, 2007; HIDALGO DE LA VEGA, M. J. Esposas, hijas y madres imperiales: el poder de la legitimidad dinástica. *Latomus*, n. 1, v. 62, p. 47-72, 2003; HIDALGO DE LA VEGA, M. J. Plotina, Sabina y las dos Faustinas: la función de las Augustas en la política imperial. *Studia Historica – Historia Antigua*, n. 18, p. 191-224, 2000; HIDALGO DE LA VEGA, M. J. Violencia, poder y conflicto en la domus imperial: emperatrices asesinadas y asesinas. In: GONZALES, A. *Praxis e ideología de la violencia*. Para una anatomía de las sociedades patriarcales esclavistas desde la Antigüedad. Paris: Presses Universitaires de Franche-Comté, 2019, p. 545-568; HIDALGO DE LA VEGA, M. J. La emperatriz Julia Domna, filósofa y patrona de intelectuales. In: MARTINEZ QUINTEIRO, M. E. M.; VALDIVIESO, M. S. V. *Coiendo del fruto prohibido*. Mujeres, ciencia y creación a través de la historia. Barcelona: Icaria Editorial, 2015, p. 39-64; HIDALGO DE LA VEGA, M. J. Mujeres poderosas: las emperatrices sirias, sucesión dinástica, imagen pública. In: CID LOPES, R. M.; GARCIA FERNÁNDEZ, E. B. *Debita verba: estudios en homenaje al profesor Julio Mangas Manjarrés*. Oviedo: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Oviedo, 2013, p. 499-518; HIDALGO DE LA VEGA, M. J. Imperatrices paganas y cristianas: poder oculto e imagen pública. In: DOMINGUEZ ARRANZ, M. A. *Mujeres en la Antigüedad clásica: género, poder y conflicto*. Madrid: Silex, 2010, p. 185-210; HIDALGO DE LA VEGA, M. J. Maternidad y poder político: las princesas julio-claudias. In: CID LOPEZ, R. M. *Madres y maternidades: construcciones culturales en la civilización clásica*. Oviedo: Publicaciones de la Universidad de Oviedo, 2009, p. 185-214; HIDALGO DE LA VEGA, M. J. Princesas imperiales virtuosas e infames en la tradición de la corte romana. In: DESIDERI, P. et al. *Costruzione e uso del passato storico nella cultura antica*. Firenze: Convegno Internazionale di studi, 2007, p. 387-410; HIDALGO DE LA VEGA, M. J. Emperatrices romanas de origen hispano. In: DEUSA, I. M. *Historia de las mujeres en España y América Latina: de la Prehistoria a la Edad Media*. Madrid: Catedra, 2005, p. 277-304; HIDALGO DE LA VEGA, M. J. La imagen pública de las mujeres imperiales: de diva a sancta. In: ALVAR, J.; HERNANDEZ GUERRA, L. *Jerarquías religiosas y control social en el mundo antiguo*. Valladolid: GIREA, 2004, p. 423-432; HIDALGO DE LA VEGA, M. J. Los ciclos vitales de las Princesas Antoninas a la manera de un cursus honorum. In: PEREZ CANTO, P.; ORTEGA LOPEZ, M. *Las edades de las mujeres*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 2002, p. 137-170; HIDALGO DE LA VEGA, M. J. Mujeres, familia y sucesión dinástica: Julia, Livia y Agripina. In: RODRIGUEZ ADRADOS, F. *IX Congreso Español de Estudios Clásicos*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 1998, p. 131-140.

matrilinear que potencializou o poder e a influência política das imperatrizes, a despeito de uma sociedade patriarcal que as excluía da vida pública.

Logo no início do Principado, na dinastia júlio-claudiana (27 a.C.-68), era patente a influência feminina nos conflitos sucessórios. Mesmo alijadas da governança imperial, as mulheres da *gens Iulia* tinham consciência de que eram elas que legitimavam,³⁸ de forma direta, a herança do poder monárquico como descendentes de Augusto. Nesse sentido, esclarece Hidalgo de la Vega:³⁹

Numa primeira fase e num primeiro nível de parentesco destacam-se Otávia, Lúvia, Júlia, a maior, e posteriormente, Agripina, a maior, Júlia, a menor, e Agripina, a menor. [...] São elas que transmitem a seus filhos o sangue divino da *gens Iulia*. [...] São as mulheres, portanto, que atuam como agentes de transmissão da legitimidade sucessória. Contudo, as mulheres imperiais não atuaram na mesma direção, nem defenderam interesses comuns. Em linhas gerais, defenderam os direitos de sucessão de seus filhos, porém, nesta defesa, entraram em oposição, desenvolvendo entre elas e seus apoios uma luta pelo poder, que alcançou um dramatismo espetacular, do qual temos testemunho em Tácito e Suetônio fundamentalmente.

As questões sucessórias foram apaziguadas somente após a ascensão de Vespasiano, dando ensejo à constituição de uma nova dinastia, denominada pela historiografia como flaviana (69-96). Tão logo ocupou a púrpura imperial, o novo *Principis* tratou de associar como herdeiros seus filhos Tito e Domiciano, elegendo a hereditariedade como elemento inequívoco de sucessão dinástica. Esse fato, por si só, limitou bastante a influência das imperatrizes flavianas nos conflitos pelo poder imperial. A estabilidade sucessória, apesar da mudança da dinastia governante após o governo de Domiciano, manteve-se com os Antoninos (96-192), que estabeleceram o sistema de *adoptio* e a eleição do melhor e mais apto. Ao novo *Augusto*, ademais, fazia-se necessário casar-se com mulheres da *gens* do imperador em exercício,

³⁸ “A *gens* Júlia, suposta descendente de Vênus através de Eneias, considerava-se a transmissora de um tipo de gênio divino, protetor de Roma. Este gênio podia ser legado hereditariamente também pelas mulheres, mesmo que elas não pudessem exercer o poder político”. HIDALGO DE LA VEGA, 2012, p. 25-26.

³⁹ HIDALGO DE LA VEGA, 2012, p. 24-25.

estabelecendo assim relações familiares que posicionavam novamente as mulheres da *domus* imperial como elemento chave para a legitimação do *Principis*. Neste contexto, segundo Hidalgo de la Vega, o *imperium* configurava-se como uma espécie de dote, como explicitamente afirma Marco Aurelio, em *Historia Augusta* (Marc., 19, 8, 9): “Se repudio minha esposa [Faustina], terei que devolver também o dote”, isto é, “o *imperium* que recebi ao ser adotado por meu sogro [Antonino Pio]”.⁴⁰

Após os conflitos militares que antecederam o surgimento de uma nova dinastia, a dos severos (193-235),⁴¹ a influência política das mulheres da *domus* imperial crescerá exponencialmente, sobretudo devido à agência política de uma série de imperatrizes de origem síria. Júlia Domna, Maesa, Soemias e Mamaea foram *Augustae* nascidas na cidade de Emesa e sacerdotisas do deus Elagabal,⁴² que obtiveram grande poder de influência sobre seus filhos, netos e maridos, atuando como partícipes na própria governança do Império Romano. Julia Domna, casada com Septímio Severo e mãe do futuro imperador Caracala, assumiu desde o princípio uma proeminente posição na corte imperial, ao se converter em voz influente no governo de seu marido e filho, assumindo, inclusive, o título de *mater castrorum et senatus et patriae*. Sua irmã Maesa, de acordo com Herodiano (5, 3, 3; 5, 4, 1-2),⁴³ foi a responsável pela manutenção dinástica após o assassinato de Caracala, em 217, organizando diretamente um complô contra o “usurpador” Macrino, antigo Prefeito do Pretório. Maesa, fazendo uso de sua grande fortuna e prestígio, teria cooptado o exército a aclamar seu neto Heliogábalo como novo *Principis* na condição de descendente, por linhagem feminina, de Septímio Severo e Caracala.

No governo de Heliogábalo e de seu sucessor e primo Severo Alexandre, fiando-se em autores greco-latinos como Dião Cássio e Herodiano, além da *História Augusta*, observa-se a

⁴⁰ HISTORIAE AUGUSTAE. Translated by J. David Magie. London: Loeb Classical Library, 1954.

⁴¹ Para uma análise histórica acerca das Guerras civis que antecederam o período Severiano, ver GONÇALVES, A. T. M. Lúcio Septímio Severo: a força de um norte-africano no Império Romano. In: REDE, M. *Vidas antigas: ensaios biográficos da Antiguidade*. São Paulo: 2019, p. 159-190.

⁴² Emesa, atual Homs, na Síria, fora, na Antiguidade, uma cidade localizada às margens do rio Orontes e capital de um pequeno reino surgido após o desaparecimento da monarquia Selêucida. Associada ao Império Romano no século I d.C., a cidade manteve-se sob o controle de uma dinastia local de sacerdotes do deus Elagabal, uma divindade solar cultuada na forma de uma grande pedra negra cônica em seu templo em Emesa. HIDALGO DE LA VEGA, 2012.

⁴³ HERODIANO. *História del Imperio romano después de Marco Aurelio*. Traducción de J. Torres Esbarranch. Madrid: Gredos, 1985.

projeção das princesas da *domus* imperial, consideradas as verdadeiras soberanas do Império Romano à época. Maesa, Soemias e Mamaea, respectivamente avó e mães dos dois últimos imperadores da dinastia severiana, organizaram, na percepção de Hidalgo de la Vega,⁴⁴ uma estratégia de gênero que escamoteou os membros masculinos de sua *gens* e controlaram elas próprias o governo do Estado, utilizando-se, em seu empoderamento, instrumental político afim ao manipulado pelos homens de poder em Roma, entretanto de maneira oculta e prudente, já que a elas era vedado o exercício da governança a nível institucional. Elas atuaram, por 17 anos, período do *imperium* de seus filhos e netos, como as grandes regentes do Império Romano, apesar da visão pejorativa das fontes antigas que as percebem como mulheres adúlteras, incestuosas e gananciosas por sua ambição e negativa de renunciar ao poder, uma representação masculina acerca destas *Augustae* que deve sempre ser posta sob a crítica de uma historiografia, nas palavras de Hidalgo de la Vega,⁴⁵ apta a analisar o passado por intermédio das relações de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Zenóbia, Agripina, Faustina, Soemias, Priscila, Maximila, entre tantas outras, são personagens que ganham protagonismo na historiografia produzida por Hidalgo de la Vega. Em suas obras, as mulheres são compreendidas como agentes históricos, independente da limitação jurídica a elas imposta. Apesar de privadas da participação política nas magistraturas e cargos públicos, impedidas de possuírem prenomes e à mercê da *patria potestas* de seus parentes agnados masculinos,⁴⁶ elas atuavam cotidianamente nas brechas deixadas pelo poder, manipulando a ordem em prol de seus interesses, fazendo uso, não raras vezes, de táticas subversivas para minimizar sua posição feminina numa sociedade que as percebia como inferiores. Afastando-se de uma perspectiva convencional que concebia as romanas como

⁴⁴ HIDALGO DE LA VEGA, 2012.

⁴⁵ HIDALGO DE LA VEGA, 2012, p. 5.

⁴⁶ Conforme a onomástica romana, o nome de um indivíduo era composto por seu prenome, secundado pela alcunha gentílica e finalizado pelo da família, sendo, no caso das mulheres, inexistente o prenome. SMITH, C. J. *The roman clan: the gens from ancient ideology to modern anthropology*. New York: Cambridge University Press, 2006, p. 15-18.

invisíveis, submissas e passivas, Hidalgo de la Vega traça o fio de sua narrativa historiográfica as posicionando como atrizes privilegiadas de seus destinos, rompendo, igualmente, com o estereótipo que as identifica como “vítimas ou rebeldes” de uma dominação masculina inelutável e absoluta.⁴⁷

Tal perspectiva “feminista” levada a cabo por Hidalgo de la Vega fica evidente quando nos aproximamos de sua compreensão acerca da ação histórica de Emília Pudentila, aristocrata norte-africana rememorada por seu cônjuge na obra *Apologia*. Como destacado pela autora, Apuleio, a despeito de seu discurso misógino, era, na prática, economicamente dependente de sua esposa, o que talvez explique o interesse dela em tê-lo como marido. Ela era uma viúva com total liberdade testamentária e de administração de seus bens, sem qualquer submissão à *potestas* de marido, filho ou pai, sendo, por isso, denominada como *mulier libera*.⁴⁸ Casando-se com Apuleio segundo o regime *sine manus*,⁴⁹ ela garantia a ingerência sobre sua própria vida e riqueza, além de afastar qualquer possibilidade de intromissão de seus parentes masculinos. Apuleio, segundo o estratagema de Pudentila, era o marido ideal para os seus planos de emancipação. Vê-se, portanto, em que medida a Pudentila historicizada por Hidalgo de la Vega – assim como as demais protagonistas de sua História das Mulheres na sociedade romana – se afasta das tradicionalmente consideradas *Silenciosas mulheres de Roma*.

⁴⁷ Fazendo eco das palavras de Chartier, pode-se pensar que “nem todas as fissuras que corroem as formas de dominação masculina tomam a forma de dilacerações espetaculares, nem se exprimem sempre pela irrupção singular de um discurso de recusa ou de rejeição. Elas nascem com frequência [...] quando a incorporação da linguagem da dominação se encontra reempregada para marcar uma resistência”. CHARTIER, R. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. *Cadernos Pagu*, n. 4, p. 42, 1995.

⁴⁸ (Apul., *Apol.*, 73, 8-9; 99, 3-5; 27, 7). Do governo de Cláudio (41-54) em diante, as mulheres casadas no sistema *sine manus* e cujos pais já haviam morrido não mais passariam para a tutela de seus parentes agnados mais próximos, tornando-se livres para administrar a sua herança por si próprias. THOMAS, Y. A divisão dos sexos no direito romano. In: DUBY, G.; PERROT, M. (Orgs.). *História das mulheres: a Antiguidade*. Porto: Edições Afrontamento, 1993, p. 184-185.

⁴⁹ A modalidade do casamento *sine manus* estabelecia que as mulheres não passariam para a *potestas* do marido e da família deste último, retornando à tutela de seus parentes agnados mais próximos em caso de divórcio ou de morte de seu cônjuge. THOMAS, 1993, p. 167-168.

REFERÊNCIAS

FONTES

APULEYO. *Apología y Flórida*. Introducción, traducciones y notas de Santiago Segura Munguía. Madrid: Gredos, 1980.

HERODIANO. *História del Imperio romano después de Marco Aurelio*. Traducción de J. Torres Esbarranch. Madrid: Gredos, 1985.

HISTORIAE AUGUSTAE. Translated by J. David Magie. London: Loeb Classical Library, 1954.

OBRAS DE APOIO

BARROS, J. D. A. *Teoria da história: a Escola dos Annales e a Nova História*. Petrópolis: Vozes, 2012.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BURKE, P. *A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Unesp, 1997.

BURKE, P. *O que é História cultural?* Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BUTLER, J. *Problemas de gênero*. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHARTIER, R. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. *Cadernos Pagu*, n. 4, p. 37-47, 1995.

DUBY, G.; PERROT, M. Escrever a história das mulheres. In: DUBY, G.; PERROT, M. *História das mulheres: Antiguidade*. Lisboa: Afrontamento, 1993, p. 7-18.

FEITOSA, L. C. Masculino e feminino na sociedade romana: os desafios de uma análise de gênero. In: CANDIDO, M. R. *Mulheres na Antiguidade*. Rio de Janeiro: NEA/UERJ, 2012, p. 203-218.

FINLEY, M. I. As silenciosas mulheres de Roma. In: FINLEY, M. I. *Aspectos da Antiguidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p. 149-164.

FUNARI, P. P. A. Romanas por elas mesmas. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 179-200, 1995.

GARCIA, F. Entrevista en La Vanguardia. *Cultura*, 9 octubre 2016, p. 57.

GONÇALVES, A. T. M. Lúcio Septímio Severo: a força de um norte-africano no Império Romano. In: REDE, M. *Vidas antigas: ensaios biográficos da Antiguidade*. São Paulo: 2019, p. 159-190.

HIDALGO DE LA VEGA, M. J. Aemilia Pudentila: matrimonio, género y poder económico de una aristocrata africana. In: PAVON TORREJON, P. *Marginación y mujer en el imperio romano*. Roma: Edizioni Quasar, 2018, p. 293-314.

HIDALGO DE LA VEGA, M. J. *El intelectual, la realeza y el poder político en el Imperio Romano*. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 1995.

HIDALGO DE LA VEGA, M. J. El profetismo femenino en la tradición cristiana. *Studia Historia – Historia Antigua*, n. 9, p. 115-128, 1991.

HIDALGO DE LA VEGA, M. J. El sofista Apuleyo de Madaura y la memoria: construcción de la imagen de su esposa Emilia Pudentila, una aristocrata africana. *Studia Historica – Historia Antigua*, n. 29, p. 197-221, 2011.

HIDALGO DE LA VEGA, M. J. Emperatrices romanas de origen hispano. In: DEUSA, I. M. *Historia de las mujeres en España y América Latina: de la Prehistoria a la Edad Media*. Madrid: Catedra, 2005, p. 277-304.

HIDALGO DE LA VEGA, M. J. Esposas, hijas y madres imperiales: el poder de la legitimidade dinástica. *Latomus*, n. 1, v. 62, p. 47-72, 2003.

HIDALGO DE LA VEGA, M. J. Imperatrices paganas y cristianas: poder oculto e imagen pública. In: DOMINGUEZ ARRANZ, M. A. *Mujeres en la Antigüedad clásica: género, poder y conflicto*. Madrid: Silex, 2010, p. 185-210.

HIDALGO DE LA VEGA, M. J. La emperatriz Julia Domna, filósofa y patrona de intelectuales. In: MARTINEZ QUINTEIRO, M. E. M.; VALDIVIESO, M. S. V. *Coiendo del*

fruto prohibido. Mujeres, ciência y creación a través de la historia. Barcelona: Icaria Editorial, 2015, p. 39-64.

HIDALGO DE LA VEGA, M. J. La imagen de “La Mala” emperatriz en el Alto Imperio: Messalina, meretrix Augusta. *Gerion*, n. 1, v. 25, p. 395-410, 2007.

HIDALGO DE LA VEGA, M. J. La imagen pública de las mujeres imperiales: de diva a sancta. In: ALVAR, J.; HERNANDEZ GUERRA, L. *Jerarquias religiosas y control social en el mundo antiguo*. Valladolid: GIREA, 2004, p. 423-432.

HIDALGO DE LA VEGA, M. J. *Las emperatrices romanas*: sueños de púrpura y poder oculto. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 2012.

HIDALGO DE LA VEGA, M. J. Libertad, esclavitud y género: el mito apuleyano de Cupido y Psique. In: MEROLA, F. R. *Dipendenza ed emarginazione nel mondo antico e moderno*. Naples: GIREA, 2014, p. 353-368.

HIDALGO DE LA VEGA, M. J. Los ciclos vitales de las Princesas Antoninas a la manera de un cursus honorum. In: PEREZ CANTO, P.; ORTEGA LOPEZ, M. *Las edades de las mujeres*. Madrid: Universidad Autonoma de Madrid, 2002, p. 137-170.

HIDALGO DE LA VEGA, M. J. Maternidad y poder político: las princesas julio-claudias. In: CID LOPEZ, R. M. *Madres y maternidades*: construcciones culturales en la civilización clásica. Oviedo: Publicaciones de la Universidad de Oviedo, 2009, p. 185-214.

HIDALGO DE LA VEGA, M. J. Mujeres poderosas: las emperatrices sías, sucesión dinástica, imagen pública. In: CID LOPES, R. M.; GARCIA FERNÁNDEZ, E. B. *Debita verba*: estudios em homenaje al professor Julio Mangas Manjarrés. Oviedo: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Oviedo, 2013, p. 499-518.

HIDALGO DE LA VEGA, M. J. Mujeres y carisma profético en el Cristianismo primitivo: las profetisas montanistas. *Studia Historica – Historia Antigua*, n. 24, p. 51-61, 2006.

HIDALGO DE LA VEGA, M. J. Mujeres, carisma y castidade en el cristianismo primitivo. *Gerion*, n. 11, p. 229-244, 1993.

HIDALGO DE LA VEGA, M. J. Mujeres, familia y sucesión dinástica: Julia, Livia y Agripina. In: RODRIGUEZ ADRADOS, F. *IX Congreso Español de Estudios Clásicos*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 1998, p. 131-140.

HIDALGO DE LA VEGA, M. J. Plotina, Sabina y las dos Faustinas: la función de las Augustas en la política imperial. *Studia Historica – Historia Antigua*, n. 18, p. 191-224, 2000.

HIDALGO DE LA VEGA, M. J. Princesas imperiales virtuosas e infames en la tradición de la corte romana. In: DESIDERI, P. et al. *Costruzione e uso del passato storico nella cultura antica*. Firenze: Convegno Internazionale di studi, 2007, p. 387-410.

HIDALGO DE LA VEGA, M. J. *Sociedad e ideología en el Imperio Romano*: Apuleyo de Madaura. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 1986.

HIDALGO DE LA VEGA, M. J. Violencia, poder y conflicto en la domus imperial: emperatrices asesinadas y asesinas. In: GONZALES, A. *Praxis e ideología de la violencia*. Para una anatomía de las sociedades patriarcales esclavistas desde la Antigüedad. Paris: Presses Universitaires de Franche-Comté, 2019, p. 545-568.

HIDALGO DE LA VEGA, M. J. Zenobia de Palmira, una reina poderosa en tiempos convulsos. In: PAVON TORREJON, P. *Conditio feminae*. Roma: Edizioni Quasar, 2021, p. 799-824.

HIDALGO DE LA VEGA, M. J. Zenobia, reina de Palmira: historia, mito y tradiciones. *Florentia iliberritana*, n. 28, p. 79-104, 2007.

HOBBSAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LIMA NETO, B. M. *Bandidos e elites cidadinas na África romana*. Vitória: Edufes, 2014.

LIMA NETO, B. M. *Entre a filosofia e a magia*. Curitiba: Prisma, 2016.

MENDES, N. M. O sistema político do Principado. In: SILVA, G. V.; MENDES, N. M. *Repensando o Império Romano*. Vitória/Rio de Janeiro: EDUFES/Mauad, 2016, p. 21-52.

PEREZ SANCHEZ, D. et al. *Poder y heterodoxia en el Mundo Greco-romano*: estudios en homenaje a la profesora Maria Jose Hidalgo de la Vega. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 2017.

- PERROT, M. *Minha História das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2019.
- PINSKY, C. B. Estudos de gênero e História Social. *Estudos feministas*, n. 17, p. 159-189, 2009.
- PRIETO, A. Las mujeres de la dinastia Julio Claudia en la ficción (Graves) y en su propio presente (Maria José Hidalgo). In: PEREZ SANCHEZ, D. et al. *Poder y heterodoxia en el Mundo Greco-romano: estudios en homenaje a la profesora Maria Jose Hidalgo de la Vega*. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 2017, p. 147-166.
- ROUSSELE, A. A política dos corpos: entre a procriação e continência em Roma. In: DUBY, G.; PERROT, M. *História das mulheres: Antiguidade*. Porto: Afrontamento, 1993, p. 351-410.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*, n. 20, p. 71-99, 1995.
- SCOTT, J. História das mulheres. In: BURKE, P. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 2011, p. 65-98.
- SMITH, C. J. *The roman clan: the gens from ancient ideology to modern anthropology*. New York: Cambridge University Press, 2006.
- SOIHET, R.; PEDRO, J. M. A emergência da pesquisa da História das mulheres e das relações de gênero. *Revista brasileira de História*, n. 54, v. 27, p. 281-300, 2007.
- TEDESCHI, L. A. *As mulheres e a história: uma introdução teórico metodológica*. Dourados: EDUFGD, 2012.
- THOMAS, Y. A divisão dos sexos no direito romano. In: DUBY, G.; PERROT, M. (Orgs.). *História das mulheres: a Antiguidade*. Porto: Edições Afrontamento, 1993, p. 127-202.
- VEYNE, P. O Império Romano. In: ARIÉS, P.; DUBY, G. *História da vida privada: do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 19-224.

Recebido em: 27/01/2025 - Aprovado em: 05/03/2025